

CURRÍCULOS MILITARIZADOS E INSURGÊNCIAS MONSTRUOSAS: disputas simbólicas e resistências cotidianas nas escolas cívico-militares do Acre

Lúcia de Fátima Melo
Marcello Pereira Tamming

Resumo

O artigo analisa a militarização da educação pública no Brasil a partir da implementação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), com ênfase em sua materialização no estado do Acre. O objetivo é compreender a militarização escolar não apenas como alternativa administrativa ou pedagógica, mas como dispositivo de controle de corpos, saberes e subjetividades, em diálogo com práticas do fascismo contemporâneo. A investigação fundamenta-se na Abordagem do Ciclo de Políticas (Ball, Bowe, 1992; Mainardes, 2006, 2018) e em aportes teóricos sobre currículo, necropolítica e conservadorismo, articulando três eixos: i) o contexto político-ideológico que favoreceu a ascensão do conservadorismo e a criação do PECIM; ii) o cotidiano escolar como espaço de disciplinamento e resistência; e iii) a disputa simbólica em torno de rituais, imagens e brasões nas escolas militarizadas. Os resultados indicam que a militarização intensifica lógicas necropolíticas, mas também cria fissuras pelas quais emergem resistências e práticas insurgentes. Conclui-se que essas insurgências, compreendidas como “monstruosas”, afirmam a potência de corpos e saberes que desafiam a normatividade e os dispositivos de silenciamento, contribuindo para o debate latino-americano sobre o currículo como território de controle, resistência e invenção em tempos de autoritarismo.

Palavras-chave: currículo; escolas cívico-militares; fascismo contemporâneo; necropolítica; insurgências.

MILITARIZED CURRICULA AND MONSTROUS INSURGENCIES: symbolic disputes and everyday resistances in the civic-military schools of the State of Acre, Brazil

Abstract

This article analyzes the militarization of public education in Brazil through the implementation of the National Program of Civic-Military Schools (PECIM), with emphasis on its materialization in the State of Acre. The objective is to understand school militarization not merely as an administrative or pedagogical alternative, but as a dispositif of control over bodies, knowledge, and subjectivities, in dialogue with practices of contemporary fascism. The investigation is grounded in the Policy Cycle Approach (Ball, Bowe, 1992; Mainardes, 2006, 2018) and theoretical contributions on curriculum, necropolitics, and conservatism, articulating three axes: (i) the political-ideological context that enabled the rise of conservatism and the creation of PECIM; (ii) the school everyday life as a space of disciplining but also of resistance; and (iii) the symbolic dispute surrounding rituals, images, and emblems in militarized schools. The findings indicate that militarization intensifies necropolitical logics, yet also opens fissures through which resistances and insurgent practices emerge. It is concluded that these insurgencies, understood here as “monstrous,” affirm the potency of bodies and knowledges that challenge normativity and silencing dispositifs, thereby contributing to the Latin American debate on curriculum as a territory of control, resistance, and invention in times of authoritarianism.

Keywords: curriculum; civic-military schools; contemporary fascism; necropolitics; insurgencies.

CURRÍCULOS MILITARIZADOS Y INSURGENCIAS MONSTRUOSAS: disputas simbólicas y resistencias cotidianas en las escuelas cívico-militares del Estado de Acre, Brasil

Resumen

Este artículo analiza la militarización de la educación pública en Brasil a partir de la implementación del Programa Nacional de Escuelas Cívico-Militares (PECIM), con énfasis en su materialización en el Estado de Acre. El objetivo es comprender la militarización escolar no solo como una alternativa administrativa o pedagógica, sino como un dispositivo de control de cuerpos, saberes y subjetividades, en diálogo con prácticas del fascismo contemporáneo. La investigación se fundamenta en el Enfoque del Ciclo de Políticas (Ball, Bowe, 1992; Mainardes, 2006, 2018) y en aportes teóricos sobre currículo, necropolítica y conservadurismo, articulando tres ejes: i) el contexto político-ideológico que posibilitó el ascenso del conservadurismo y la creación del PECIM; ii) la vida escolar cotidiana como espacio de disciplinamiento y resistencia; y iii) la disputa simbólica en torno a rituales, imágenes y emblemas en las escuelas militarizadas. Los resultados indican que la militarización intensifica lógicas necropolíticas, pero también abre fisuras a través de las cuales emergen resistencias y prácticas insurgentes. Se concluye que estas insurgencias, comprendidas aquí como “monstruosas”, afirman la potencia de cuerpos y saberes que desafían la normatividad y los dispositivos de silenciamiento, contribuyendo al debate latinoamericano sobre el currículo como territorio de control, resistencia e invención en tiempos de autoritarismo.

Palabras clave: currículo; escuelas cívico-militares; fascismo contemporáneo; necropolítica; insurgencias.

INTRODUÇÃO

O avanço da militarização das escolas públicas no Brasil, sobretudo a partir da criação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM) em 2019, não pode ser compreendido apenas como escolha administrativa ou pedagógica. Trata-se de um projeto político que desloca a função social da escola pública de espaço de formação crítica e democrática para ambiente de conformação de subjetividades por meio da disciplina e da homogeneização. Esse processo integra um movimento mais amplo de reatualização do fascismo contemporâneo, que se manifesta em práticas cotidianas de silenciamento e exclusão, e pode ser compreendido como forma difusa de necropolítica (Mbembe, 2018), na medida em que define quais vidas e vozes são legitimadas e quais são descartáveis.

No Brasil, a ascensão da chamada “nova direita” a partir de 2013-2014, catalisada pelas manifestações de rua e pela oposição ao Partido dos Trabalhadores (PT), criou condições para políticas como o PECIM. Durante o governo federal de 2019 a 2022, o programa tornou-se vitrine de uma agenda conservadora e neoliberal, apresentada como solução para restaurar a ordem e elevar o desempenho escolar por meio da disciplina militar. Ainda que tenha se consolidado nacionalmente nesse período, a militarização já vinha sendo ensaiada em estados como o Acre, o que demonstra que a política não surgiu do nada, mas se apoia em experiências anteriores que abriram caminho para sua institucionalização.

O presente estudo orientou-se pela Abordagem do Ciclo de Políticas (Ball, Bowe, 1992; Mainardes, 2006, 2018), a qual possibilita compreender a militarização escolar como um processo dinâmico, atravessado por disputas, interpretações e ressignificações. Para operacionalizar essa abordagem, selecionaram-se duas escolas de Senador Guiomard, no Acre, contemplando etapas distintas da educação básica. As observações de campo abrangeram salas de aula, pátios e setores administrativos, enquanto a coleta documental, incluiu Projetos Políticos-Pedagógicos, regimentos internos, normativas e dados oficiais obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação. A análise

articulou dimensões macro e micro, evidenciando tanto dispositivos de disciplinamento quanto fissuras pelas quais emergem resistências.

O artigo organiza-se em três movimentos: (i) análise da convergência entre conservadorismo e neoliberalismo que viabilizou o PECIM; (ii) exame do cotidiano de escolas cívico-militares no Acre; e (iii) discussão da dimensão simbólica da militarização, com destaque para rituais e brasões. Ao final, apresenta-se a categoria de “insurgências monstruosas” como recurso analítico para compreender gestos que recusam a homogeneização e reafirmam o pluralismo democrático.

CONSERVADORISMO, NEOLIBERALISMO E A EMERGÊNCIA DO PECIM

A criação do Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), em 2019, deve ser entendida como parte de um processo mais amplo de avanço do conservadorismo no Brasil. Após a Constituição Federal de 1988, a pluralidade e a diversidade foram assumidas como princípios constitutivos da vida democrática e da escola pública. Entretanto, ao longo das décadas seguintes, essa promessa de democratização foi sendo tensionada por forças sociais e políticas que reivindicam um retorno a valores tradicionais, em especial aqueles vinculados à moral religiosa, à família e à autoridade estatal.

A militarização das escolas públicas brasileiras não pode ser analisada de forma isolada, pois está articulada à militarização do Estado e da sociedade como um todo. Esse processo introduz nas instituições escolares a lógica do militarismo, baseada na obediência hierárquica e na padronização dos corpos e comportamentos, o que resulta na interdição do debate, na supressão da diversidade e na negação do sujeito. Tal dinâmica revela um projeto de longa duração que busca conservar estruturas de poder assentadas no racismo, no machismo e nas desigualdades sociais e econômicas, impedindo avanços democráticos no campo educacional (Santos, Alves, 2023).

À luz dessa leitura crítica, observa-se que o PECIM não surge como fenômeno autônomo, mas se inscreve na continuidade de projetos que buscam restringir a escola pública e enfraquecer seu caráter democrático. Esse movimento ganhou intensidade a partir de 2013-2014, quando manifestações de rua impulsionaram grupos como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem Pra Rua, que difundiram um discurso antipolítica e antipetista, transformando o combate à corrupção em bandeira moralizante e a defesa da família em palavra de ordem.

O impedimento da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, simbolizou esse deslocamento, consolidando um conservadorismo que passou a ocupar o centro da cena política. Na esteira desses acontecimentos, consolidou-se a chamada “nova direita”, marcada pela convergência entre pautas neoliberais voltadas ao desmonte do Estado e à privatização e pautas conservadoras ligadas à moralidade, à religião e ao nacionalismo. No campo educacional, essa articulação se materializou em iniciativas como o programa “Escola sem Partido” e na crítica à chamada ideologia de gênero, ambas mobilizadas como instrumentos de combate ao pluralismo curricular.

A eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, aprofundou essa inflexão. Amparado em *slogans* como “Deus, pátria e família”, o governo ampliou de forma inédita a presença de militares em cargos estratégicos. A educação tornou-se um de seus principais laboratórios, conduzida por ministros que atacaram universidades públicas e defenderam a militarização escolar como solução para a suposta “crise” da educação básica.

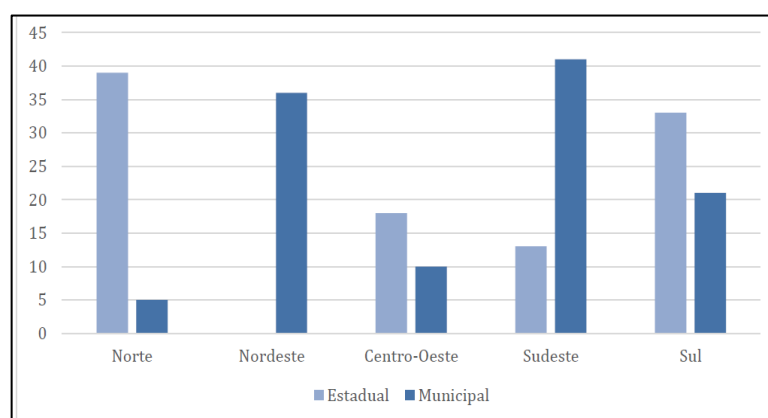
Esse cenário encontra respaldo na análise de Michael Apple (2003, 2020), que identifica a “aliança conservadora” como articulação entre neoliberais, neoconservadores, populistas

autoritários e setores da nova classe média. No Brasil, tal aliança resultou em reformas que conjugaram eficiência gerencial, disciplinamento cultural e exclusão da diferença. O PECIM se legitimou nesse contexto como resposta à “crise” da escola pública, apoiando-se em indicadores como o IDEB e apresentando os colégios militares como modelo a ser replicado.

Mais do que um programa de gestão, o PECIM deve ser compreendido como dispositivo político de controle social e cultural, alinhado ao que Mbembe (2018) denomina necropolítica. Nas escolas cívico-militares, essa lógica se manifesta na marginalização de estudantes que não se ajustam às normas disciplinares e na exclusão de vozes críticas. Ao restringir a participação da comunidade e esvaziar os conselhos escolares, a militarização fragiliza o princípio constitucional da gestão democrática. Nessa perspectiva, Tamwing (2023) argumenta que o processo de militarização das escolas se articula ao enfraquecimento das políticas educacionais e, em sentido mais amplo, do sistema democrático.

Diante desse quadro, o PECIM, embora formalmente revogado pelo governo Lula em 2023, permanece como referência e inspiração para municípios e estados, na medida em que se transformou em uma espécie de capital político explorado em âmbito local. Para ilustrar essa expansão e a forma como o programa foi incorporado pelas diferentes esferas federativas, apresenta-se a seguir a Figura 1, que mostra o quantitativo de escolas que aderiram ao PECIM por esfera municipal e estadual entre 2020 e 2022:

Figura 1: Quantitativo de escolas que aderiram ao PECIM por esfera municipal e estadual entre 2020 e 2022



Fonte: Tamwing, 2023.

A Figura 1 mostra que, na região Nordeste, a adesão ocorreu exclusivamente pela esfera municipal, sem participação dos governos estaduais. Já no Norte, observa-se baixa adesão por parte da esfera municipal, ficando a cargo principalmente dos governos estaduais a manifestação de interesse em militarizar escolas. No Centro-Oeste e no Sul, a presença de adesões é relativamente equilibrada entre municípios e estados, ao passo que, no Sudeste, a adesão municipal assume maior protagonismo.

Esses números evidenciam a força que o programa adquiriu no período, revelando que, ao final de 2022, o Governo Federal já se aproximava da meta de alcançar 216 escolas cívico-militares, inicialmente prevista para 2023. Contudo, com a eleição do presidente Lula e a decisão de revogar o PECIM, houve uma descontinuidade da política em âmbito federal. Ainda assim, o modelo

consolidou-se como capital político em estados e municípios, permanecendo como inspiração para iniciativas locais que se articulam em torno da militarização escolar.

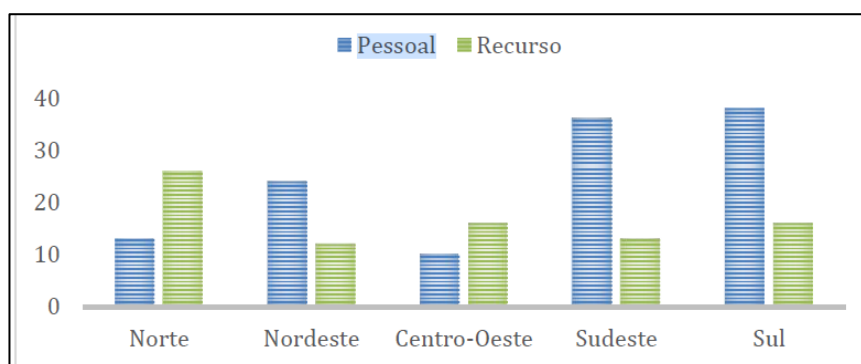
Esses dados não se explicam de maneira isolada, mas estão relacionados ao que Ball e Bowe (1992) denominam contexto de influência, marcado pela atuação de partidos políticos, ideologias e grupos de interesse; ao contexto da produção de textos, que envolve documentos legais como termos de adesão, regimentos internos e manuais do aluno; e ao contexto da prática, espaço em que a política educacional é reinterpretada e recriada no cotidiano escolar.

O PECIM estabelecia duas modalidades distintas de pactuação entre a União e os demais entes federativos. A primeira era o Modelo de Disponibilização de Pessoal, no qual o MEC cedia militares das Forças Armadas para atuarem nas Escolas Cívico-Militares. Nesse arranjo, cabia aos estados, ao Distrito Federal ou aos municípios o compromisso de realizar o aporte financeiro necessário à adaptação e manutenção do modelo nas escolas selecionadas. Em outras palavras, o governo federal oferecia o pessoal, enquanto o ente federado assumia os custos financeiros.

A segunda modalidade é o Modelo de Repasse de Recursos, em que o MEC transfere verbas financeiras diretamente para os estados, a fim de custear as adequações estruturais e administrativas necessárias à implementação do programa. Em contrapartida, os estados ficam responsáveis por ceder o pessoal, ou seja, mobilizar policiais militares e bombeiros militares das corporações estaduais para atuarem nas escolas, assumindo também os custos relacionados a essa mobilização.

Assim, a diferença fundamental entre os dois modelos está na contrapartida oferecida: no primeiro, o governo federal fornece pessoal militar e o ente federado aporta recursos financeiros; no segundo, o governo federal oferece recursos financeiros e os estados disponibilizam o pessoal militar. A figura 2, mostra a modalidade de pactuação adotada nas regiões brasileiras:

Figura 2: Modalidade de pactuação adotada nas regiões do Brasil



Fonte: Tamwing, 2023.

A análise da distribuição regional revela diferenças significativas: a região Sul lidera em número de escolas que aderiram ao modelo de disponibilização de pessoal, ainda que não seja a mais populosa do país. Em contrapartida, a região Norte registra uma maior adesão ao modelo de repasse de recursos, evidenciando a dependência de aporte financeiro federal para viabilizar a militarização escolar. Já a região Centro-Oeste apresenta o quadro mais equilibrado entre as duas modalidades, embora ainda predomine a adoção do modelo baseado em recursos.

Esse cenário dialoga diretamente com os recursos federais destinados ao programa. De acordo com dados obtidos por Tamwing (2023) via Lei de Acesso à Informação, em 2020 o Governo Federal empenhou R\$ 14.999.252,74 para custear o PECIM; em 2021, esse montante

saltou para R\$ 46.483.638,22; e, em 2022, a previsão orçamentária foi de R\$ 47.000.000,00. Os números evidenciam um aumento de 210% entre 2020 e 2021 e um crescimento marginal de 1,11% de 2021 para 2022. Se comparado o valor inicial de 2020 com o previsto para 2022, observa-se um incremento acumulado de aproximadamente 213,35%.

Esses dados indicam que a adoção das modalidades não está apenas vinculada às escolhas políticas e administrativas dos estados, mas também à expansão dos recursos federais destinados ao programa, que buscavam garantir sua rápida consolidação no período analisado. Ressalte-se, contudo, que tal iniciativa não fazia parte das metas estabelecidas nos Planos Nacional e Estadual de Educação, o que evidencia seu caráter de indução externa e de descolamento em relação ao planejamento educacional previsto no âmbito estadual.

Mais do que uma política educacional isolada, o PECIM integra um projeto de atualização do autoritarismo contemporâneo, no qual o currículo é mobilizado como ferramenta de controle e silenciamento. Ao mesmo tempo, sua implementação abre fissuras no cotidiano escolar, de onde emergem resistências que desestabilizam a lógica normativa.

O COTIDIANO ESCOLAR NO ACRE: DISCIPLINAMENTO E INSURGÊNCIAS

A militarização das escolas públicas no Acre não surgiu apenas como efeito das políticas federais recentes. O percurso tem início em 2004, quando o então senador Sebastião Viana (PT), relator do Projeto de Lei nº 211 que previa a criação de um colégio militar em Roraima, manifestou o desejo de estender esse modelo também para Rio Branco (AC). Essa iniciativa revela que a defesa da expansão do modelo já fazia parte de sua agenda política antes de assumir o governo estadual. Mais tarde, no período em que governou o estado (2011-2018), retomou a pauta e inaugurou colégios militares, consolidando o que definia como “sonho antigo” desde o Senado (Tamwing, 2023).

A partir de 2019, no governo de Gladson Cameli (PP), opositor político de Sebastião Viana (PT), mas alinhado ao Executivo federal à época, a militarização das escolas ganhou novo fôlego com a adesão oficial ao PECIM. Esse movimento revela que a militarização ultrapassa fronteiras partidárias e não se restringe a uma agenda exclusivamente de direita. Ao contrário, constitui um projeto de poder mais amplo, capaz de se enraizar em governos de diferentes orientações políticas. Como destacam Santos *et al.* (2019, p. 583):

[...] falar em militarização de escolas públicas, em um país da complexidade do nosso, com quase seis mil unidades federadas que têm uma certa autonomia na organização dos seus sistemas de ensino, requer a compreensão que esse processo se apresenta de diferentes formas, nos diferentes sistemas. Ou seja, é preciso ter em mente que, apesar da vinculação à ideologia militar, não estamos falando de um único modelo ou forma de militarização (Santos *et al.*, 2019, p. 583).

Esse entendimento reforça a necessidade de analisar a militarização como fenômeno multifacetado, que assume contornos específicos conforme os contextos locais, as disputas políticas e as formas de articulação entre agentes civis e militares. No caso do Acre, a alternância de partidos no governo não impediu a continuidade desse processo, o que evidencia sua força estrutural e a capacidade de adaptação do modelo às dinâmicas regionais de poder.

A pesquisa de campo realizada por Tamwing (2023), que fundamenta este artigo, combinou múltiplos procedimentos metodológicos. Foram examinados documentos normativos como regimentos internos, Projetos Político-Pedagógicos e termos de ajustamento de conduta, além da análise de respostas obtidas via Lei de Acesso à Informação. Complementarmente, realizaram-se visitas presenciais às escolas, com observações em salas de aula, pátios e setores administrativos. Também foram consultados registros sistemáticos de ocorrências escolares e amostras de infrações diárias, que permitiram identificar padrões recorrentes de disciplinamento e os mecanismos formais de controle aplicados no cotidiano. Essa triangulação de fontes possibilitou não apenas mapear os dispositivos oficiais de regulação da conduta estudantil, mas também compreender como tais normas se materializam em práticas diárias de vigilância e punição.

As visitas de campo foram realizadas em dezembro de 2022 nas escolas cívico-militares 15 de Junho e Aldaci Simões da Costa, situadas no município de Senador Guimard, no Acre. Essas instituições foram selecionadas por terem sido as primeiras a adotar o modelo no estado: a Escola 15 de Junho, transformada em cívico-militar em 2020, e a Aldaci Simões, inaugurada em 2021 já com essa finalidade. A primeira atende ao ensino fundamental, enquanto a segunda foi projetada para o ensino médio. Localizadas a poucos metros uma da outra, ambas servem à mesma comunidade escolar, constituindo um cenário privilegiado para a análise do processo de militarização.

As medidas punitivas aplicadas variavam conforme a gravidade da infração. Entre as práticas mais comuns, destacaram-se a apreensão de celulares, recolhidos em caixas e devolvidos apenas ao final do turno, bem como o confisco de objetos considerados inadequados, como canivetes, isqueiros, bebidas alcoólicas e entorpecentes em pequenas quantidades, todos devidamente registrados em relatórios de ocorrência e guardados na sala dos oficiais. Além disso, observou-se o uso de punições pedagógicas simbólicas, como obrigar estudantes a copiar o Hino Acreano à mão diversas vezes como forma de “reforço moral e cívico”. Esse tipo de sanção, embora justificado pelos militares como prática educativa, evidencia a dimensão ideológica do processo de disciplinamento, em que o controle do corpo é acompanhado da tentativa de inculcação de valores patrióticos e de obediência.

As visitas revelaram manifestações de resistência, expressas em queixas veladas, tentativas de burlar normas ou simples gestos de descontentamento diante da constante vigilância. Tais resistências expõem as contradições do modelo: de um lado, a padronização de condutas e a imposição de um regime militarizado de controle; de outro, a persistência de práticas cotidianas que desestabilizam a narrativa oficial de ordem e êxito atribuída às escolas cívico-militares.

Em 2022, dados da SEE/AC revelam que 6.503 estudantes da rede pública acreana estavam matriculados em escolas de gestão compartilhada entre militares e civis. Embora esse número ainda represente uma fração do total de matrículas estaduais, ele é significativo diante do curto período de implementação e da força simbólica do modelo no imaginário social. Como apontam Roseiro, Gonçalves e Rodrigues (2020), a expansão das escolas militarizadas se legitima não apenas pelo discurso de eficiência administrativa, mas também pela associação com valores como ordem, patriotismo e disciplina, que encontram ressonância em contextos de crise da escola pública.

No Acre, a militarização converteu-se em uma espécie de capital político, explorado durante campanhas eleitorais e por diferentes governos e partidos como estratégia de legitimação junto a setores conservadores da sociedade. O alinhamento às pautas de “ordem” e “disciplina” encontra ressonância em um contexto local marcado pela adesão crescente a projetos conservadores, o que pode ser observado nos resultados das últimas eleições no Acre para prefeito e governador, em que candidaturas identificadas com esse campo conquistaram ampla vitória.

Como lembra Mbembe (2018), a necropolítica se manifesta na capacidade do Estado de definir prioridades e destinar recursos a determinados campos da vida social em detrimento de outros, estabelecendo quais vidas merecem ser protegidas ou controladas. No Acre, privilegia-se a ocupação militar das escolas, mesmo que isso signifique fragilizar áreas de atuação essenciais, como a segurança pública ou a ampliação de políticas educacionais democráticas.

Se, por um lado, os números confirmam a expansão acelerada do modelo, por outro, a pesquisa de Tamwing (2023) revela que essa ampliação se dá acompanhada de uma pedagogia da obediência. Uniformes obrigatórios, cortes de cabelo padronizados e formações militares estruturam a rotina escolar. Em visita à Escola 15 de Junho, observou-se também a punição de um estudante com a tarefa de limpar janelas, gesto que evoca mais a lógica da servidão do que a dimensão pedagógica.

Apesar do incentivo do Governo Lula (2023 – presente) à descontinuação de criação de escolas que aderiram a um modelo de gestão da educação militarizado, o Estado do Acre, sob o comando de um governo estadual mais à direita, rapidamente se manifestou favorável à continuidade deste modelo educacional controverso, assumindo, mais uma vez, a responsabilidade de dar seguimento a essa política, mesmo após o Ministério Público Federal (MPF), por meio de Ação Civil Pública, ter emitido uma recomendação solicitando diversas alterações nas escolas militarizadas do Acre. Na ação, o MPF buscou impedir que as instituições restringissem a liberdade de expressão, intimidade e vida privada dos alunos, argumentando que a imposição de padrões estéticos e comportamentais baseados na cultura militar não tem relação com a melhoria do ensino. Além disso, o documento apontou que essas restrições impactam desproporcionalmente alunos pretos, pardos, com deficiência e LGBTQIA+ (Brasil, Ministério Público Federal, 2022).

A dissertação de Tamwing (2023) reforça esse diagnóstico ao apontar que a naturalização de atos supostamente pedagógicos através de punições praticados por indivíduos que não tiveram formação nas ciências pedagógicas, promove a alienação dos jovens estudantes e a uniformização do consciente coletivo. Essa substituição da mediação pedagógica por técnicas disciplinares da caserna traduz a lógica de deslocamento da escola pública de espaço crítico e plural para ambiente de adestramento e conformação.

Entretanto, as observações de campo também mostram que o controle não se realiza de modo absoluto. Professores civis, ao negociar a aplicação de normas, preservam margens de autonomia; estudantes, por sua vez, praticam gestos de recusa, como atrasar-se em formações ou resistir a padrões estéticos impostos. Esses movimentos configuram insurgências silenciosas que revelam a escola como território de disputa. Aqui se concretiza a metáfora do monstro proposta pelo dossiê: práticas que escapam à normatividade e afirmam a diferença no interior dos dispositivos de controle.

Portanto, a análise da militarização das escolas no Acre evidencia um processo que se desdobra em dois planos: quantitativo, pela rápida expansão de matrículas e concluintes; e qualitativo, pela conformação de um cotidiano escolar atravessado pela disciplina, pela violência simbólica e por fissuras que possibilitam resistências. Embora legitimado pelo discurso de eficiência difundido por grupos conservadores, esse projeto expõe contradições institucionais e reafirma a centralidade simbólica da presença militar no espaço escolar.

A DISPUTA SIMBÓLICA NAS ESCOLAS CÍVICO-MILITARES DO ACRE

As escolas cívico-militares do Acre não se estruturam apenas por meio de normas disciplinares e regulamentos administrativos, mas também pela mobilização de um universo

simbólico cuidadosamente arquitetado. Símbolos visuais, hinos, bandeiras, brasões e uniformes operam como dispositivos pedagógicos que, mais do que adornos, constituem práticas curriculares voltadas à conformação de identidades e subjetividades. Como sublinha a pesquisa, “[...] as escolas militarizadas estão repletas de símbolos, inclusive em seus brasões, que são também textos visuais que refletem ideias e influências” (Tamwing, 2023, p. 113). Esses símbolos funcionam como textos curriculares não escritos, que comunicam valores, orientam condutas e naturalizam relações de poder. Essa visualidade está presente nos murais, nos documentos, nos sites institucionais e até nos uniformes dos estudantes, compondo uma rede de mensagens que reafirma a centralidade da hierarquia e do nacionalismo.

As estratégias de simbolização dialogam com o que Bourdieu (1989) denomina poder simbólico, entendido como a capacidade de impor significados que legitimam relações de dominação. Esse poder é eficaz justamente porque opera de forma invisível, naturalizando aquilo que é, em essência, arbitrário. Assim, ao vestir um uniforme padronizado, cantar diariamente o hino e ostentar o brasão da instituição, o estudante é induzido a perceber disciplina, patriotismo e hierarquia não como escolhas políticas, mas como valores universais e incontestáveis.

Ao selecionar quais símbolos devem ser exaltados e quais expressões culturais devem ser invisibilizadas, a escola militarizada opera um processo de exclusão: culturas juvenis, expressões artísticas locais e vozes dissonantes são relegadas à marginalidade. O resultado é uma pedagogia que silencia a pluralidade em nome de uma identidade nacional homogênea, construída sobre a disciplina e a obediência.

Do ponto de vista do currículo, a ênfase nesses símbolos revela a tentativa de transformar a escola em espaço de socialização política conservadora. Ao invés de cultivar a crítica, a dúvida e a diversidade, promove-se um patriotismo acrítico e ritualizado, em que a obediência ao hino e à bandeira substitui a reflexão democrática. Como já alertava Freire (1996), uma educação centrada na repetição mecânica e na adaptação conformista reduz os sujeitos à condição de objetos, negando-lhes a possibilidade da práxis transformadora. Nas escolas cívico-militares, essa negação se corporifica na estetização do poder militar como modelo a ser seguido, reforçando uma pedagogia da submissão.

Contudo, como mostram as observações de Tamwing (2023), esses símbolos não são recebidos de maneira unívoca. Muitos estudantes participam dos rituais de forma relutante, cantando os hinos em voz baixa, desviando o olhar durante o hasteamento da bandeira ou manifestando desconforto com os uniformes. Esses gestos podem parecer pequenos, mas evidenciam a fissura do poder simbólico: a mensagem autoritária não é totalmente absorvida, e o campo simbólico torna-se também espaço de contestação.

Nessa perspectiva, é possível articular os símbolos escolares às reflexões de Jacques Rancière (2014), para quem a política emerge quando o que é considerado “parte dos sem-parte” rompe com a ordem estabelecida. Nos contextos militarizados, os corpos que não se ajustam ao uniforme, as vozes que se silenciam no canto do hino e os olhares que se desviam da bandeira são práticas que, ainda que discretas, desestabilizam a pedagogia da obediência. São gestos que transformam o símbolo em campo de disputa, deslocando-o de sua função hegemônica para abrir espaço ao dissenso.

A análise dos brasões e hinos também revela como as escolas cívico-militares tentam se legitimar pela tradição e pela estética da autoridade. Em um dos brasões analisados, a presença de espadas cruzadas, estrelas e o lema patriótico são representações visuais que remetem ao poder militar e à ordem nacional. No entanto, como lembra Chartier (1990), os símbolos são polissêmicos: eles não garantem por si só a adesão ao significado pretendido. O estudante pode,

por exemplo, olhar para a espada como signo de proteção, mas também como metáfora de violência e coerção. A polissemia abre brechas para leituras insurgentes, permitindo que o “monstro” habite o próprio interior do símbolo autoritário.

Assim, a disputa simbólica no Acre evidencia que os brasões, uniformes e rituais são, ao mesmo tempo, instrumentos de disciplinamento e potenciais gatilhos de resistência. Ao impor uma estética homogênea, os militares buscam silenciar a diferença; mas, ao fazer isso, acabam produzindo estranhamentos e recusas que reafirmam a diferença como potência. As insurgências monstruosas emergem também nesse campo, quando o símbolo, em vez de domesticar, provoca questionamento, e quando a pedagogia da obediência é convertida em ocasião para a recusa.

Durante as visitas às escolas cívico-militares do Acre, foi possível observar a circulação de livros e manuais voltados ao empreendedorismo e à autoajuda pedagógica. Embora à primeira vista possam parecer deslocados em relação ao modelo disciplinar militar, esses materiais revelam um hibridismo característico das políticas educacionais contemporâneas. De um lado, há o disciplinamento dos corpos pela lógica militar; de outro, a indução de subjetividades neoliberais, orientadas para a autogestão, a competitividade e a responsabilização individual.

Esse fenômeno ilustra o que Ball (2001) descreve como cultura da performatividade, na qual a educação é atravessada por discursos empresariais que estimulam a eficiência, a produtividade e a adaptação dos indivíduos ao mercado. Nas escolas cívico-militares, tais valores se articulam ao *ethos* militar para produzir um sujeito duplamente conformado: obediente às hierarquias e autogerido como “empreendedor de si mesmo”.

Ao invés de um projeto de formação crítica e cidadã, o que se delineia é uma pedagogia híbrida da obediência e da performance, em que a disciplina militar e a racionalidade neoliberal convergem. O estudante é preparado não para questionar ou transformar a realidade, mas para se adaptar a ela, assumindo integralmente a responsabilidade por seu sucesso ou fracasso. Essa lógica, como alerta Apple (2003, 2020), reforça as desigualdades sociais, pois desconsidera as condições estruturais que moldam as trajetórias educacionais e profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo buscou compreender a militarização da educação pública no Acre como expressão de um projeto político mais amplo, marcado pela articulação entre conservadorismo, neoliberalismo e fascismo contemporâneo. O Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), implementado no estado a partir de 2019, deve ser interpretado como parte de uma tendência de fortalecimento de projetos de controle e disciplinamento no campo educacional.

No plano nacional, a ascensão de Jair Bolsonaro representou o ápice da convergência entre neoliberalismo e conservadorismo, convertendo a educação em palco de disputas. O PECIM foi apresentado como resposta à crise da escola pública, prometendo eficiência administrativa e melhoria nos índices de desempenho, mas, em sua essência, tratou-se de uma política de disciplinamento e silenciamento. Ao colocar militares da reserva na gestão das escolas, a proposta reforçou a lógica da obediência e deslocou o foco pedagógico para práticas de controle de corpos e subjetividades.

No Acre, a dissertação de mestrado de Tamwing (2023) mostrou que essa lógica se materializa em práticas cotidianas de padronização e vigilância. Uniformes, cortes de cabelo, punições e formações militares foram incorporados como instrumentos pedagógicos, substituindo o diálogo e a reflexão por técnicas de treinamento comportamental. Essa pedagogia da obediência

revela a dimensão necropolítica do PECIM: ao impor padrões rígidos de conduta e estética, define quais corpos e saberes podem existir na escola e quais são marginalizados ou silenciados.

Todavia, o estudo também evidenciou que o cotidiano escolar não se reduz ao disciplinamento. No interior das escolas cívico-militares, surgem fissuras pelas quais emergem resistências. Professores que reinterpretem normas, estudantes que recusam silenciosamente os rituais cívicos, comunidades que questionam a legitimidade do modelo: esses gestos configuram práticas de insurgência que desafiam o projeto autoritário. São resistências discretas, muitas vezes invisibilizadas, mas que têm a potência de desestabilizar a homogeneização pretendida.

A dimensão simbólica reforça esse diagnóstico. Os brasões, uniformes e rituais patrióticos, concebidos como dispositivos de inculcação da obediência, também se transformam em arenas de disputa. Embora tenham o objetivo de consolidar a identidade militarizada, esses símbolos podem ser apropriados de formas inesperadas, gerando estranhamento ou rejeição. O canto baixo no hino, o olhar desviado durante o hasteamento da bandeira, a recusa em aderir plenamente ao uniforme: todos esses gestos, ainda que sutis, revelam a fragilidade do poder simbólico e a possibilidade de insurgência mesmo em ambientes altamente regulados.

Esse conjunto de práticas e resistências pode ser interpretado à luz da metáfora do “monstro” proposta pela chamada deste dossiê. O monstro, figura liminar que habita as fronteiras do aceitável, é aquilo que não se conforma, que insiste em existir apesar das tentativas de silenciamento. Nos contextos militarizados do Acre, os monstros se manifestam nos corpos que não se ajustam à norma, nas vozes que não se deixam calar, nas práticas pedagógicas que insistem em criar brechas para a diferença. Eles representam a potência criadora que emerge no interstício do instituído, abrindo espaço para imaginar outros modos de viver e aprender.

Assim, a militarização escolar no Acre, longe de ser um fenômeno administrativo restrito ao âmbito local, expressa um projeto político mais amplo de reatualização do fascismo contemporâneo no Brasil. Mas, paradoxalmente, é nesse mesmo espaço que se revelam resistências cotidianas capazes de tensionar e desestabilizar o autoritarismo. A escola cívico-militar é, portanto, um campo de disputas: território em que se confrontam projetos de silenciamento e insurgências monstruosas.

Do ponto de vista teórico, essa análise contribui para o debate latino-americano sobre currículo, políticas de subjetivação e necropolítica. Mostra que o currículo não é apenas um conjunto de conteúdos ou normas, mas um espaço de disputa simbólica, política e ética. A militarização escolar exemplifica como o currículo pode ser mobilizado para o controle e a exclusão, mas também como, no cotidiano, ele pode se converter em território de resistência e invenção.

A conjuntura política pós-eleição de 2022 também alterou os rumos do PECIM. A vitória de Luiz Inácio Lula da Silva representou não apenas uma inflexão no cenário nacional, mas também uma reabertura de debates sobre o caráter e a legitimidade das escolas cívico-militares. No início de 2023, a política passou a ser revista pelo novo governo, sob o argumento de que se tratava de um programa ideologicamente orientado e de baixo impacto estrutural na educação pública. No Acre, essa mudança gerou incertezas: enquanto setores conservadores defenderam a continuidade do modelo, professores e comunidades escolares passaram a reivindicar maior participação nos processos de decisão, recolocando em pauta a gestão democrática como princípio constitucional.

Essa reconfiguração política demonstra que as escolas cívico-militares não são políticas neutras ou técnicas, mas arenas de disputa que variam conforme as correlações de força na sociedade. Se, no governo Bolsonaro (2019-2022), foram apresentadas como símbolo de eficiência e disciplina, no contexto atual são questionadas como expressão de autoritarismo e silenciamento.

Assim, a experiência acreana revela não apenas os efeitos da militarização no cotidiano escolar, mas também a sua instabilidade diante de mudanças no cenário político nacional.

Conclui-se, portanto, que o estudo da militarização no Acre ilumina não apenas um caso específico, mas um fenômeno mais amplo de como o fascismo contemporâneo se infiltra nas práticas educacionais e de como, ao mesmo tempo, insurgências cotidianas emergem como alternativas criadoras. Reconhecer essas insurgências monstruosas é fundamental para afirmar a potência da diferença e para fortalecer projetos de educação democrática, plural e emancipadora em tempos de autoritarismo.

Em outubro de 2024, o Supremo Tribunal Federal realizou audiência pública para discutir a constitucionalidade do Programa Escola Cívico-Militar em São Paulo, no âmbito das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 7662 e 7675. O consultor jurídico do MEC, Rodolfo Cabral, defendeu o encerramento do programa em nível nacional, reafirmando que a LDB e o PNE asseguram uma educação pautada no pluralismo, na liberdade e na tolerância, sem atribuir funções pedagógicas ou de gestão às Forças Armadas (Brasil, 2025). Para o MEC, a educação básica deve permanecer como espaço de formação democrática e cidadã, o que fragiliza juridicamente e politicamente a sustentação do modelo. O debate, que reuniu educadores, juristas, parlamentares e representantes da sociedade civil, trouxe críticas pedagógicas, orçamentárias e históricas à militarização escolar, recolocando o tema no centro da agenda pública. Nesse contexto, o julgamento das ADIs pelo STF poderá resultar em uma decisão com repercussão geral, cujos efeitos ultrapassam o caso paulista e impactam diretamente o futuro das escolas cívico-militares em todo o país.

REFERÊNCIAS

- APPLE, Michael. *A luta pela democracia na educação: lições de realidades sociais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2020.
- APPLE, Michael. *Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2003.
- BALL, Stephen. *Políticas educacionais: questões e dilemas*. São Paulo: Cortez, 2001.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BOWE, Richard; BALL, Stephen; GOLD, Anne. *Reforming education and changing schools: case studies in policy sociology*. London; New York: Routledge, 1992.
- BRASIL. Ministério Público Federal. *Ação Civil Pública nº 1.10.000.000543/2022-49*. Rio Branco, AC: MPF, 2022.
- BRASIL. Ministério da Educação. *MEC discute escolas cívico-militares em audiência do STF*. Brasília, DF. Disponível em <https://encurtador.com.br/jBWjG> Acesso em 06 de julho de 2025.
- BRASIL. *Projeto de Lei do Senado nº 211, de 2002*. Brasília: Senado Federal, 2004. Disponível em <https://shorturl.fm/JYjIM> Acesso em 07 de julho de 2025.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, 2006. Disponível em <https://shorturl.at/Lgqrz> Acesso em 12 de julho de 2025.

MAINARDES, Jefferson. A abordagem do ciclo de políticas: explorando alguns desafios da sua utilização no campo da política educacional. *Jornal de Políticas Educacionais*, v. 12, n. 16, p. 1-16, 2018. Disponível em <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/59217> Acesso em 12 de julho de 2025.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: Editora N-1 Edições, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 2014.

ROSEIRO, Steferson; GONÇALVES, Nahun Thiaghor; RODRIGUES, Alexsandro. Ordem, limpeza e germinação: regulação da vida nas escolas cívico-militares. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 45, n. 4, p. 1-22, 2020. Disponível em <https://shorturl.at/MdDCJ> Acesso em 12 de julho de 2025.

SANTOS, Catarina de Almeida; ALVES, Miriam Fábila. Militarizar e encarcerar a educação básica para um projeto de nação. *Educere et Educare*, Cascavel, v. 18, n. 47, p. 1-21, 2023. Disponível em <https://doi.org/10.48075/educare.v18i47.30698>. Acesso em 17 de julho de 2025.

SANTOS, Catarina de Almeida; ALVES, Miriam Fábila; MOCARZEL, Marcelo; MOEHLECKE, Sabrina. Militarização das escolas públicas no Brasil: um debate necessário. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 580-591, 2019. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/99295> Acesso em 17 de julho de 2025.

TAMWING, Marcello Pereira. *A política educacional de implementação de escolas cívico-militares (ECIMs) no Estado do Acre*. 216 f. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2023.

Submetido em agosto de 2025
Aprovado em setembro de 2025

Informações dos autores

Lúcia de Fátima Melo
Universidade Federal do Acre
E-mail: lucia.melo@ufac.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9823-9973>
Link Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1569844032145972>

Marcello Pereira Tamwing
Rede Pública Estadual de Ensino do Acre
E-mail: marcelлотamwing@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0360-6465>
Link Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2362570787489615>